

EMPRESA GERENCIAL DE PROJETOS NAVAIS - EMGEPRON NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$)

01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A **Empresa Gerencial de Projetos Navais - EMGEPRON** foi constituída em 11 de junho de 1982, conforme a Lei nº 7.000 de 9 de junho de 1982, como empresa pública com personalidade jurídica de direito privado, tendo por finalidades:

- I - Promover a Indústria Militar Naval Brasileira e Atividades correlatas, abrangendo, inclusive, a pesquisa e o desenvolvimento;
- II - Gerenciar projetos integrantes de programas aprovados pelo Comando da Marinha; e
- III - Promover ou executar atividades vinculadas à obtenção e manutenção de material Militar Naval.

02 – BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

As informações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As demonstrações financeiras também foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”).

Não há mudanças nas operações da Empresa, itens não usuais, alteração de estimativas, mudança na composição da Empresa ou qualquer outro evento que requeira divulgação específica.

2.2. BASE DE MENSURAÇÃO

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, com exceção das aplicações financeiras, apresentadas a valor justo por meio do resultado.

2.3. MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional do ambiente econômico onde a Empresa atua. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em qualquer período futuro afetado.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos são apresentadas a seguir.

- a) Valor justo de instrumentos financeiros;
- b) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.

2.5. DATA DE APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A autorização de emissão dessas demonstrações financeiras ocorreu através de Reunião de Diretoria datada de 24 de janeiro de 2018.

03 – PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras.

a) Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o princípio contábil da competência.

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Empresa e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas.

b) Receita e despesa financeira

A receita está representada pelos ganhos nas variações do valor de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio de resultado, bem como as receitas de juros obtidas através do método de juros efetivos.

As receitas financeiras abrangem, basicamente, as receitas de descontos e de juros sobre Aplicações financeiras.

A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas com juros, multas e variações monetárias.

c) Ativos circulante e não circulante

- **Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem os numerários em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de alta liquidez, cujos vencimentos, quando de sua aquisição, sejam iguais ou inferiores a 90 dias, ou seja, de alta liquidez, as quais são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

As aplicações financeiras classificadas nesse grupo, por sua própria natureza, estão mensuradas a valor justo por meio do resultado.

Itens classificados como caixa e equivalentes de caixa são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.

- **Contas a receber**

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado incluindo os respectivos impostos e ajustado ao valor presente quando aplicável e acrescidos das variações monetárias, quando contratadas.

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor justo e, quando aplicável, ajustado ao seu valor presente, em conformidade com o CPC 12.

Em caso de inadimplência, esforços de cobrança são efetuados, incluindo contatos diretos com os clientes. Os títulos são baixados contra a provisão a medida que a Administração considera que estes não são mais recuperáveis após o emprego de todas as medidas cabíveis para recebê-los.

A provisão para perdas de créditos foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos.

- **Estoques em poder de terceiros**

Representam os insumos adquiridos para produção por encomenda em estabelecimento de terceiros. São contabilizados na entrada como Estoque em Poder de Terceiros e baixados conforme o produto pronto vai sendo entregue pelo fornecedor.

- **Tributos a recuperar**

Representam, basicamente, tributos retidos pelos clientes, os quais serão compensados em operações subsequentes.

- **Depósitos para recursos**

Representam depósitos realizados pela empresa relativos a processos judiciais ou administrativos em curso.

- **Imobilizado**

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear o resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2017 a Empresa não verificou a existência de indicadores de que determinados ativos imobilizados poderiam estar acima do valor recuperável, e conseqüentemente nenhuma provisão para perda de valor recuperável dos ativos imobilizados é necessária.

- **Demais ativos circulante e não circulante**

São apresentados ao valor líquido de realização.

d) Passivos circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço.

e) Fornecedores

São inicialmente reconhecidas pelo valor nominal e, subsequentemente, acrescido, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações incorridas até a data de encerramento das demonstrações financeiras.

f) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Empresa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

As provisões são revisadas e ajustadas para refletir alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de

inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

g) Incentivos Fiscais

A empresa não possui incentivos fiscais.

h) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social sobre o lucro (CSLL) são calculados com base no lucro tributável, aplicando-se a alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% para o IRPJ e 9% para a CSLL e considera a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

i) Demonstração dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM n°. 547, de 13 de agosto de 2008, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 (IAS 7) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

j) Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

São constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda (CPC 25) inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

I) Gerenciamento de risco financeiro

A política da Administração é manter uma sólida base de recursos para manter o desenvolvimento futuro da Empresa. A Administração monitora o retorno sobre os recursos aplicados considerando os resultados das atividades econômicas.

As políticas adotadas pela Administração para gerenciamento do risco estão apresentadas na Nota Explicativa nº 33.

m) Capital Social

O capital social da Empresa é 100% da União, como toda empresa pública, e a mesma não possui ações no mercado de capitais.

04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2017	2016
	R\$/1.000	R\$/1.000
Fundo rotativo de caixa	9	9
Bancos Conta Movimento	4.400	26.715
Títulos Vinculados ao Mercado Aberto	84.335	61.396
	88.744	88.120

Os “Títulos Vinculados ao Mercado Aberto” são representados por Fundo de Investimentos Extramercado Exclusivo (aplicado no Banco do Brasil DTVM S/A conforme Resolução nº 4.034/2011 do BACEN), registrado pelo custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

05 – CONTAS A RECEBER

CLIENTES	2017	2016
	R\$/1.000	R\$/1.000
Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro	2.307	11.310
Centro de Manutenção de Sistema da Marinha	147	768
Diretoria de Comunicações e Tecnologia da Informação da Marinha	643	-
Diretoria de Portos e Costas	7.759	3.636
Diretoria de Sistemas de Armas da Marinha	56	4.938
Hospital Naval Marcílio Dias	421	252
Laboratório Farmacêutico da Marinha	2.539	-

Outros MB	183	100
Soma – MB	14.055	21.004
Amazônia Azul Tecnologia de Defesa	210	25
Departamento de Logística D – QG-EX	1.331	-
Itaguaí Construções Navais	698	698
Petróleo Brasileiro S/A - Petrobras	10	410
Secretaria de Transportes do Rio de Janeiro	336	336
Superintendência de Obras do Plano de Desenvolvimento do Estado (SUPLAN)	2.724	-
Outros Extra MB	324	470
Soma – Extra MB	5.633	1.939
Provisão para Devedores Duvidosos	-21	-21
Total	19.667	22.922

06 – DEPÓSITOS EM GARANTIA

Depósitos efetuados com o objetivo de fornecimento de garantias para fiel execução e contratos por serviços a serem prestados e por conta de adiantamentos recebidos de clientes, conforme demonstrado abaixo:

CLIENTE	DATA	VENCTº	TÍTULO	2017	2016
				R\$/1.000	R\$/1.000
DEN	08/10/2014	03/01/2018	CDB(BB)	8.039	6.621
CHILE	04/12/2014	08/11/2019	CDB(BB)	177	177
CHILE	06/05/2015	09/04/2020	CDB(BB)	105	105
IMBEL	11/05/2015	18/10/2018	CDB(BB)	133	-
COLOG/BAST	21/12/2017	24/07/2020	CDB(BB)	912	-
GARANTIA EXTERIOR	23/01/2017	-	CAUÇÃO	62	-
ALUGUEL AMAZUL	22/01/2017	31/03/2019	CAUÇÃO	256	-
Rendimentos Auferidos				416	902
				10.100	7.805

07 – TRIBUTOS A RECUPERAR

	2017	2016
	R\$/1.000	R\$/1.000
Imposto de renda retido na fonte	7.884	8.809
Contribuição social retida na fonte	1.500	1.656
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	0	1.565
Programa de Integração Social e Form Patrim Serv Públ	0	339
Outros	618	1.731
Total	10.002	14.100

Correspondem, basicamente, às retenções de impostos e contribuições por órgãos públicos, efetuados sobre o faturamento da EMGEPRON, por força da legislação, cujos valores serão compensados oportunamente.

08 – ADIANTAMENTOS

	2017	2016
	R\$/1.000	R\$/1.000
8.1 - Adiantamentos a fornecedores	7.535	8.825
8.2 - Adiantamentos a empregados	2.083	2.257
	9.618	11.082

8.1 – Adiantamentos a fornecedores

Os Adiantamentos a fornecedores referem-se, basicamente, a:

- Adiantamentos Laboratório Farmacêutico da Marinha (LFM), no valor de R\$ 3.348 mil, para Apoio Técnico Operacional de Laboratório;
- Adiantamento Island, no valor de R\$ 1.336 para fornecimento de insumos para fabricação de munição; e
- Outros fornecedores no valor total de R\$ 2.851 mil.

8.2 – Adiantamentos a empregados

Os Adiantamentos a empregados referem-se, basicamente, a:

- Adiantamentos de férias a empregados, no valor de R\$ 2.061 mil; e
- Outros adiantamentos de salário a empregados, no valor de R\$ 22 mil.

09 – ESTOQUES

	2017	2016
	R\$/1.000	R\$/1.000
1) Estoques – MPI – FAJ	8.102	7.197
2) Estoques – BNVC – LSO	-	481
3) Estoques – Publicações - Filial Niterói	5	1
Total	8.107	7.679

Os valores Estoque – MPI – FAJ referem-se, basicamente, aos insumos em poder de terceiros para serem utilizados na produção de munição na Fábrica Almirante Jurandir da Costa Müller de Campos (FAJCMC), para atender a encomendas da EMGEPRON de clientes extra MB, cujos valores estão registrados ao custo de aquisição e não excedem a seus custos de reposição ou valores de realização.

10 – DEPÓSITOS PARA RECURSOS

	2017	2016
	R\$/1.000	R\$/1.000
1) Depósitos para recursos trabalhistas	5.756	3.562
2) Depósitos para recursos tributários	6.454	3.229
3) Depósitos para recursos administrativos	351	406
Total	12.561	7.197

11 – IMOBILIZADO

	Taxas	Valor				Valor
	Anuais de	Depreciável				Depreciação
	Depreciação	31/12/2017	Aquisições	Baixas	No período	Depreciável
		R\$/1.000	R\$/1.000	R\$/1.000	R\$/1.000	31/12/2016
						R\$/1.000
Obras Cíveis	4%	11.575	523	-	-627	11.679
Móveis e Utensílios	10%	601	28	-11	-137	721
Equip. Processamentos Dados	20%	285	112	-1	-155	329
Veículos	20%	240	226	-	-56	70
Máquinas e Equipamentos	10%	209	63	-	-53	199
Equipamentos de Comunicação	10%	38	32	-	-3	9
Direito de Uso Software	20%	117	63	-	-33	87
Benf. Propriedade de Terceiros	10%	11.934	2.150	-	-5.191	14.975
Benf Propriedade de Terceiros - em andamento (*)	-	933	-	-1.232	-	2.165
Total		25.932	3.197	-1.244	-6.255	30.234

	Anuais de Depreciação	Depreciável			Depreciação		Depreciável
		31/12/2016	Aquisições	Baixas	No período	31/12/2015	
		R\$/1.000	R\$/1.000	R\$/1.000	R\$/1.000	R\$/1.000	R\$/1.000
Obras Civis	4%	11.679	21	-	-627	12.285	
Móveis e Utensílios	10%	721	18	-3	-137	843	
Equip. Processamentos Dados	20%	329	22	-1	-192	500	
Veículos	20%	70	-	-	-56	126	
Máquinas e Equipamentos	10%	199	5	-	-49	243	
Equipamentos de Comunicação	10%	9	7	-	-1	3	
Direito de Uso Software	20%	87	6	-	-30	111	
Benf. Propriedade de Terceiros	10%	14.975	3.381	-	-3.782	16.235	
Benf Propriedade de Terceiros - em andamento	-	2.165	411	-3.381	-	4.275	
Total		30.234	3.871	-3.385	-4.874	34.621	

O custo de aquisição do imobilizado ou custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens, ou seja, a soma do preço de compra com os gastos necessários para colocá-lo em condições de uso. Não há indícios de valorização dos saldos acima de seus respectivos valores de venda líquida ou de uso (valores dos fluxos de caixa futuros produzidos para cada ativo trazidos a valor presente), conforme atestado em laudo de avaliação do Imobilizado em 17 de janeiro de 2018.

12 – INTANGÍVEL

	2017	2016
	R\$/1.000	R\$/1.000
12.1 - Projeto NETUNO	773	380
12.2 - Projeto NaPa 500	2.179	1.500
12.3 - Projeto NaPaFlu Amazônico	-	160
12.4 - Projeto Feira RIDEX	313	-
Total	3.265	2.040

12.1 – Projeto Netuno

O Projeto NETUNO é um investimento da EMGEPON em conjunto com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) no Laboratório de Sistemas Integrados Tecnológico - LSI_Tec (USP), para o Desenvolvimento de Sistema de Automação de Armas empregando microeletrônica. O projeto inclui a

construção de um canhão de 40mmL/70 completo para os testes de validação, e terá prazo de execução em 24 meses;

12.2 – Projeto NaPa 500

O Projeto NaPa 500 é um investimento da EMGEPRON para o desenvolvimento da construção do Navio Patrulha de 500 toneladas;

12.3 – Projeto NaPaFlu Amazônico

O Projeto NaPaFlu Amazônico é um investimento da EMGEPRON em parceria com as empresas COTECMAR (Colômbia) e SIMA (Peru), para a elaboração do Projeto Básico de Engenharia do Navio Patrulha Fluvial; e

12.4 – Projeto Feira RIDEX

O Projeto Feira RIDEX consiste em uma feira que será promovida pela EMGEPRON para a indústria naval no Rio de Janeiro, a Rio International Defense Exhibition, criada com o objetivo de reunir profissionais das áreas de Defesa, Segurança e Offshore. A intenção é mostrar como as forças armadas evoluíram nas áreas militares e civis, por meio da integração da indústria, com a atividade acadêmica e dos centros de pesquisa e desenvolvimento de tecnologia.

13 – GERENCIAMENTO DE RECURSOS DA MB

OM/OMPS	2017	2016
	R\$/1.000	R\$/1.000
BNA	9.136	6.157
AMRJ	8.623	12.142
CHM	3.270	2.771
BNVC	889	1.610
CTMSP	791	947
DAbM	755	1.616
BACS	669	711
DSAM	475	661
OUTRAS	9.383	6.762
Total	33.991	33.377

As Antecipações representam valores recebidos de clientes por conta de serviços a serem executados. Parte desses recursos são utilizados em projetos das respectivas Organizações Militares Prestadoras de Serviços (OMPS). Na gestão destes projetos, a EMGEPON auferiu receitas apropriadas durante o período de execução, conforme contratos firmados entre as partes. Os recursos disponíveis encontram-se devidamente protegidos mediante aplicações financeiras no Banco do Brasil.

14 – OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

OBRIGAÇÕES	2017	2016
	R\$/1.000	R\$/1.000
Provisão para férias	9.676	8.801
INSS a recolher	1.875	920
FGTS a recolher	431	406
Total	11.982	10.127

15 – ANTECIPAÇÕES DE CLIENTES

CLIENTES	2017	2016
	R\$/1.000	R\$/1.000
Fraternidade São Francisco de Assis	4.720	-
GNHo	1.668	-
Standard Marconi	906	-
ComOpNav	481	709
DSAM/FAJ	463	-
DEN (Constr. BN)	-	4.147
Outros	283	425
Total	8.521	5.281

16 – OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

OBRIGAÇÕES	2017	2016
	R\$/1.000	R\$/1.000
COFINS a recolher	3.177	4.241
PASEP a recolher	657	903
IRRF a recolher	694	362
ISS a recolher	692	390
ICMS a recolher	96	4
Outros	439	469
Diferimento da COFINS	1.172	1.688
Diferimento do PASEP	254	367
Diferimento do IRPJ	194	294
Diferimento do CSLL	70	106
Total	7.445	8.824

17 – FUNDO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA

Representa os recursos reservados para atender ao Plano de Assistência Médica e Social dos Empregados da EMGEPRON (PAMSE), administrado pela própria Empresa. Os recursos encontram-se devidamente protegidos mediante aplicações financeiras no Banco do Brasil.

18 – GARANTIAS RECEBIDAS

A Empresa, buscando garantir-se contratualmente em determinados serviços, solicita ao contratado garantias financeiras em carta de fiança ou depósitos bancários, com validade de 30 dias após o efetivo encerramento do serviço, a fim de garantir a liquidação de eventual pendência financeira, bem como pagamento por serviços adicionais fornecidos e quitação de multa e juros de mora, caso venham a ocorrer.

19 – DIVIDENDOS

A empresa tem adotado como política de distribuição de dividendos remunerar a União com pagamento de juros sobre o capital próprio limitando a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP). No exercício de 2017, a EMGEPRON propõe distribuir 25% do lucro líquido ajustado aos cofres da União, a título de Dividendo, o que corresponde ao valor de R\$ 181 mil.

20 – PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

OBRIGAÇÕES	2017	2016
	R\$/1.000	R\$/1.000
20.1 - Provisão para Contingências Fiscais	3.228	3.228
20.2 - Provisão para Passivos Trabalhistas	601	1.383
20.3 - Provisão para Riscos Administrativos	808	808
Total	4.637	5.419

A Administração da empresa, suportada pela opinião de sua assessoria jurídica, avaliou a possibilidade de ocorrência de contingências passivas da seguinte forma:

20.1 – Provisão para Contingências Fiscais

Refere-se à intimação para a Empresa recolher o valor de R\$ 2.946 milhões pela Comunicação nº 705/2011 da Secretaria da Receita Federal (SRF). O valor apurado teve por origem o pedido de compensação de débitos no exercício de 2004, com saldos credores existentes de pedidos de restituições efetuados nos exercícios de 1998 e 1999. Créditos estes que já haviam sido constatados pela SRF, por meio de diligência realizada em 20 de setembro de 2002. Em 2009, após nove anos do fato gerador, a SRF pôs em dúvida a existência de tais créditos. A Empresa, não conformada, recorreu ao Judiciário para anular a decisão;

20.2 – Provisão para Passivos Trabalhistas

São provisões de ações trabalhistas que se caracterizam como prováveis êxitos pelos empregados; e

20.3 – Provisão para Riscos Administrativos

São provisões de ações administrativas que se caracterizam como prováveis êxitos por terceiros.

De acordo com o CPC 25 que trata das Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes a contabilização das contingências segue as seguintes premissas:

- ✓ **Provável:** a assessoria jurídica julga com grau relevante de certeza que a empresa irá perder, tendo prejuízo financeiro e contabilização a ser realizada;
- ✓ **Possível:** a assessoria jurídica julga com mesmo grau de possibilidade a perda ou ganho por parte da empresa, ou seja, há grande incerteza não havendo contabilização a ser realizada;
- ✓ **Remota:** a assessoria jurídica julga com grau relevante de certeza o ganho por parte da empresa, não havendo contabilização a ser realizada.

As referidas premissas foram avaliadas e constam adequadamente nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017.

Existem outras ações trabalhistas e administrativas no valor aproximado de R\$ 7.372 milhões, que, por caracterizarem-se como possíveis, não foram contabilizadas em atendimento ao que preconiza o Pronunciamento CPC 25.

21 – CAPITAL SOCIAL

O capital da EMGEPRON, subscrito e integralizado pela União, representa cerca de R\$ 96.551 mil ao final do exercício de 2017 e, em 31 de dezembro de 2016, era de R\$ 94.344 mil. O aumento em cerca de R\$ 2.207 mil foi motivado pela incorporação ao Capital Social de parte da Reserva de Investimentos constituída em 2013, em decorrência dos investimentos executados nos exercícios de 2014, 2015 e 2016.

22 – RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2017 R\$/1.000	2016 R\$/1.000
Receitas com vendas de serviços no país	163.540	155.909
Receitas com venda de mercadorias no país	15.855	4.656
Receitas com venda para exportação	4.954	6.603
Receita Bruta	184.349	167.168
(-) Deduções de tributos	-26.479	-22.685
Receita Líquida	157.870	144.483

23 – CUSTOS COM PESSOAL

	2017 R\$/1.000	2016 R\$/1.000
Remuneração	52.795	49.087
Encargos Sociais	31.448	37.284
Outras	11.124	9.024
Total	95.367	95.395

24 – CUSTOS COM SERVIÇOS CONTRATADOS

	2017 R\$/1.000	2016 R\$/1.000
Serviços prestados pelas OMPS	24.784	19.642
Serviços profissionais – PJ	3.216	2.930
Energia Elétrica	1.281	1.094
Limpeza e conservação	991	759
Água / Taxas condomínio	565	193
Serviços profissionais – PF	560	196
Outros	796	487
Total	32.193	25.301

25 – CUSTOS COM MATERIAIS

	2017 R\$/1.000	2016 R\$/1.000
Insumos/Mercadorias fornecidos pelas OMPS	4.027	3.586
Insumos/Mercadorias outros fornecedores	4.672	1.654
Outros	2.017	1.276
Total	10.716	6.516

26 – DESPESAS COM PESSOAL

	2017 R\$/1.000	2016 R\$/1.000
Remuneração	8.387	7.478
Encargos Sociais	4.499	4.864
Outras	2.008	1.686
Total	14.894	14.028

27 – DESPESAS COM SERVIÇOS CONTRATADOS

	2017	2016
	R\$/1.000	R\$/1.000
Serviços profissionais – PJ	624	411
Serviços profissionais – PF	30	60
Manutenção de Sistema, Equip. e Instalações	1.009	907
Limpeza e conservação	360	317
Comunicações	167	223
Feiras e eventos	316	97
Energia elétrica	624	464
Publicidade	112	62
Outros	713	783
Total	3.955	3.324

28 – DESPESAS COM MATERIAIS

	2017	2016
	R\$/1.000	R\$/1.000
Materiais de consumo	310	321
Materiais de expediente	20	28
Outros	47	66
Total	377	415

29 – RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2017	2016
	R\$/1.000	R\$/1.000
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicação financeira	8.563	5.912
Variações monetárias	453	356
Variações cambiais	65	361
Total	9.081	6.629
Despesas financeiras		
Variações monetárias	1.596	1.682
Variações cambiais	17	178
Despesas bancárias	254	104
Total	1.867	1.964

30 – CONCILIAÇÃO DO IRPJ E CSLL

Os valores apurados referentes ao IRPJ (R\$ 12 mil) e CSLL (R\$ 8 mil) parte foram compensados com o aproveitamento de créditos tributários oriundos das retenções realizadas pelos clientes e saldo negativo de períodos anteriores; e parte diferida, correspondente aos resultados obtidos de clientes da Marinha do Brasil, cujos títulos não foram recebidos no exercício.

APURAÇÃO IRPJ/CSLL	2017 R\$/1.000	2016 R\$/1.000
Base para cálculo da contribuição social		
Lucro contábil do exercício	782	1.843
Ajustes do lucro contábil		
(+) Adições	6	4.321
(-) Exclusões	702	434
Base antes da compensação	86	5.730
Compensações de prejuízos anteriores	-	-
Lucro Real ajustado	86	5.730
Contribuição social do exercício – 9%	8	516
Base para cálculo do imposto de renda		
Lucro contábil do exercício	782	1.843
Ajustes do lucro contábil		
(+) Adições	6	4.321
(-) Exclusões	702	434
Base antes da compensação	86	5.730
Compensações de prejuízos anteriores	-	-
Lucro Real ajustado	86	5.730
Imposto de renda – 15%	12	859
Imposto de renda adicional - 10%	-	549
Deduções - Incentivos fiscais do PAT		34
Imposto de renda do exercício	-	1.374
Realização de CSLL Diferida	-36	-322
Realização de IRPJ Diferido	-100	-893
CSLL Provisionada	8	194
IRPJ Provisionado	12	481
Imposto de renda e contribuição social	20	675

31 – SEGUROS

A empresa adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. A EMGEPRON dispõe das seguintes modalidades de seguros:

- a) **Seguro predial:** Cobertura básica contra danos materiais e lucros cessantes, sendo o valor do risco segurado: R\$ 15 milhões;
- b) **Seguro veicular:** Cobertura contra roubo, danos, perda parcial do veículo, danos materiais a terceiros, danos corporais a terceiros, além de assistência e reboque 24h. O valor do risco segurado representa 100% da tabela Fundação Instituto de Pesquisa Econômicas (FIPE), referente aos 07(sete) veículos da frota.
- c) **Seguro de vida para empregados:** Cobertura contra morte natural e invalidez permanente por acidente, sendo o valor do risco segurado R\$ 50 mil por empregado; cobertura contra morte acidental, sendo o valor do risco segurado R\$ 100 mil por empregado.
- d) **Seguro de vida para estagiários:** Cobertura contra morte acidental e invalidez por acidente, sendo o valor do risco segurado R\$ 15 mil por estagiário.

O escopo de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, o qual foi determinado pela administração da empresa e que considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

32 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Empresa adota como política, buscando fornecer garantias contratuais em determinados serviços, quando solicitado pelo contratante, oferecer o caucionamento de Certificados de Depósitos Bancários (CDB) aplicados no Banco do Brasil, Carta de Fiança ou Seguro Garantia, a fim de garantir a fiel execução de contrato ou por adiantamentos recebidos.

33 – GERENCIAMENTO DE RISCO FINANCEIRO

A empresa está exposta aos seguintes riscos:

a) Risco Operacional

Risco operacional consiste na possibilidade de perdas resultantes do não recebimento das vendas realizadas pela Empresa em decorrência da incapacidade econômico-financeira dos clientes envolvidos. Este risco é mitigado em função de, na maioria dos contratos celebrados, o recebimento das vendas acontecer antecipadamente ou amparado por garantias financeiras.

Além disso, convém destacar que cerca de 91% do faturamento da Empresa resulta de contratos com a Marinha do Brasil.

b) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco da empresa encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros.

Um fator potencial para este risco está relacionado à liberação de recursos orçamentários do Governo para a Marinha do Brasil, nosso maior cliente, o que pode acarretar atrasos nos recebimentos de recursos.

Como alternativas de mitigação deste risco, a Empresa adota uma gestão ativa do seu fluxo de caixa e mantém uma reserva financeira confortável, disponível para suportar eventuais atrasos de recebimentos das vendas.

c) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de alterações das taxas juros, câmbio, inflação etc, influenciadas pelo mercado, afetarem os ganhos e custos da Empresa.

Visando à mitigação desse tipo de risco, a Empresa centraliza seus investimentos financeiros em operações com Títulos Vinculados ao Mercado Aberto, representados por um Fundo de Investimentos Extramercado Exclusivo, cuja carteira é composta por títulos do Governo de curto e longo prazo, considerados aplicações conservadoras.

Em relação aos custos dos insumos adquiridos, a exposição ao risco de mercado é baixa, uma vez que o principal componente dos mesmos refere-se a custo de pessoal, fixado em moeda nacional e reajustados de acordo com o dissídio das categorias.

34 – DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar o fluxo de caixa da empresa nos exercícios e foi elaborada pelo método direto, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações individuais.

Conforme previsão do Pronunciamento CPC 03 (R2), segue abaixo a conciliação do lucro líquido.

Conciliação do lucro líquido com o caixa gerado pelas operações:	2017	2016
Lucro Líquido do Exercício	762	1.049
Ajustes:		
- Depreciação no exercício	6.255	4.874
- Baixa de bens do ativo imobilizado	12	3
- Constituição de provisão para perdas fiscais	0	116
- Reversão de provisão no exercício	475	-3.676
- Variação monetária	1.595	1.143
Caixa gerado pelas operações	9.099	3.509
Aumento (Redução) do Contas a receber	3.255	79.753
Aumento (Redução) do Impostos a Recuperar	4.098	-8.827
Aumento (Redução) de Depósitos em garantia	-2.295	-223
Aumento (Redução) de Adiantamentos	1.464	378
Aumento (Redução) de Estoques	-428	-72
Aumento (Redução) do Depósitos para recursos	-5.364	-1.490
Aumento (Redução) do Ativo Investimentos	-1.224	-360
Aumento (Redução) do Ativo Imobilizados	4.301	4.388
Aumento (Redução) de Gerenciamento de Recursos MB	614	2.366
Aumento (Redução) de Antecipações de Clientes	3.240	-10.968
	-	
Variação de Outros Circulantes no exercício	16.136	-12.990
<i>Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa no período</i>	624	55.464

35 – DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela empresa e sua distribuição durante o exercício, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações individuais.

36 – REMUNERAÇÃO DE DIRIGENTES E EMPREGADOS

Os valores das maiores e das menores remunerações brutas da Empresa, incluídas as vantagens e benefícios, excluídas as parcelas variáveis e eventuais, foram os seguintes:

	2017	2016
	R\$	R\$
Maior remuneração dos empregados	25.471,78	26.104,96
Menor remuneração dos empregados	1.029,00	1.013,88
Remuneração média dos empregados	4.960,69	3.582,07

A empresa não oferece benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo a seus administradores.

37– ASPECTOS AMBIENTAIS

A Empresa acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.
